

## PODER

# Lula mira política de integração “Sul-Sul”

Presidente deve viajar a três países africanos em julho, África do Sul, Moçambique e Angola. Intenção é mostrar que o governo tem o continente como prioridade

» INGRID SOARES

Após Argentina, Uruguai, Estados Unidos, China, Portugal, Espanha e Reino Unido, a próxima parada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é o encontro do G7 no Japão, no próximo dia 20. Depois, dando continuidade à agenda internacional, o chefe do Executivo deve visitar a África, em ao menos duas ocasiões. O objetivo é estreitar as relações Sul-Sul. Em julho, ele participará da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé e Príncipe, e em agosto, de reunião do Brics, grupo de países que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Lula deve desembarcar em outros países africanos, como Angola e Moçambique, mas o roteiro ainda não está fechado, segundo interlocutores palacianos.

A intenção do petista era visitar a região no começo de maio, o que acabou sendo adiado por conta da agenda apertada. Em fevereiro, em visita a Washington, Lula citou que a visita ao continente é uma “reparação histórica e obrigação humanitária”. O Brasil possui cooperação com a África em áreas como educação, agropecuária e saúde. “O Brasil deve muito da sua cultura ao continente africano. É uma dívida que não pode ser paga em dinheiro, ela tem que ser paga em troca de ciência e tecnologia.”

Na última semana, em fala semelhante, disse que “o Brasil deve muito à África, não em dinheiro. O Brasil deve 300 anos de escravidão. A gente não pode pagar em dinheiro, a gente paga em gratidão, com transferência de tecnologia”.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, o saldo de comércio entre Brasil e do continente africano foi de US\$ 15,911 bilhões, cerca de R\$ 80 bilhões em 2021. De janeiro a outubro de 2022, o saldo havia sido de US\$ 17,254 bilhões, com uma alta de 36,9% comparativamente com o mesmo período

Ricardo Stuckert/PR



Lula recebeu, no início do mês, o primeiro-ministro da República de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva

do ano anterior. Açúcares e melancos lideraram a pauta exportadora para o continente africano, além de milho, óleos combustíveis, soja, carnes de aves, veículos rodoviários e máquinas agrícolas.

Mariana Cofferri, analista de Relações Internacionais, destaca que entre as principais vantagens da retomada de Lula na agenda de relações Sul-Sul está a de atrair um maior investimento econômico do continente. Outro ponto vantajoso, relata, é a retomada do protagonismo brasileiro nas mesas de decisões. “É uma árdua tentativa de reviver a era de ouro da cooperação Sul-Sul e a ascensão brasileira na comunidade internacional. Porém, é preciso que Lula busque a contrapartida e a reciprocidade em cada uma dessas visitas, desvinculando o caráter meramente ideológico. É salutar levar uma agenda, principalmente econômica e de investimentos bem consolidada para ser debatida”, explica.

“Lula deverá se atentar a manter o histórico do pragmatismo político e diplomático brasileiro, sem excluir a possibilidade de realização de acordos multilaterais e bilaterais, independente dos alinhamentos políticos assegurando a pluralidade da agenda comercial e econômica, principalmente ao que se refere à retomada dos debates e negociações de Acordos ainda pendentes, como o Mercosul-União Europeia”, observa.

A especialista recorda ainda os serviços de empreiteiras brasileiras no continente africano com escândalos da Lava-Jato. “A retomada da agenda, em especial com Moçambique e Angola, traz à tona os escândalos de corrupção que deram origem à operação Lava-Jato, decorrente dos investimentos brasileiros da Odebrecht ocorridos durante os primeiros governos Lula. É preciso que o governo crie mecanismos e fomente políticas anticorrupção, no plano nacional e internacional, para se desvincular desse cenário.”

## » Reencontro

No começo deste mês, ao receber a visita do primeiro-ministro de Cabo Verde, José Ulisses Correia e Silva, o presidente Lula destacou que a África, com 1,2 bilhão de habitantes, voltará a ser prioridade para o Brasil. No governo de Jair Bolsonaro (PL), a região foi desprezada e embaixadas chegaram a ser fechadas. Nas gestões anteriores, Lula foi ao continente africano em 12 ocasiões e passou por 21 países. “Em meus dois primeiros mandatos, promovemos o reencontro do Brasil com o continente africano. Visitei a África 12 vezes, fui a 21 países e visitei Cabo Verde em duas ocasiões. Agora, a África voltará a ser uma prioridade para o Brasil, sobretudo o relacionamento com os países africanos lusófonos”, declarou na data.

## Política externa engajada em ter voz

AFP / NELSON ALMEIDA



Celso Amorim quer ampliar Brics para transformá-lo em novo G7

Nas antigas gestões do petista, a parceria Sul-Sul contribuiu para o Brasil ganhar proeminência em influência no continente africano e em foros internacionais. É o que lembra Wagner Parente, consultor em relações internacionais. Ele destaca, porém, que a conjuntura atual é diferente.

“No passado, essa aproximação foi muito baseada no financiamento às exportações de serviços, ou seja, ao financiamento das construtoras no continente africano principalmente da Odebrecht. Agora, não. Nós não temos mais esse instrumento, pode ser que volte. Principalmente em países como Moçambique e Angola, que falam português, também, mas a gente precisa ver exatamente como será essa aproximação. Pode ser só discursiva, mas pode ser também que tenha algumas implicações mais práticas, como, por exemplo, o retorno ao financiamento dessa exportação de serviços. Aí, evidentemente, isso tem um impacto muito maior do que só o discurso.”

Segundo o especialista, “existe, sim, ao que parece, no governo brasileiro, a intenção de voltar com o financiamento à exportação de serviços, mas não tem nenhuma medida concreta ainda nessa direção”.

Como ponto negativo, Parente aponta a dispersão do foco da política externa também em relação a acordos como Mercosul e União Europeia.

“A exportação para países asiáticos é muito mais importante do que a países africanos no ponto de vista de produtos agrícolas e manufaturados. O que

importa mesmo é a Argentina e os Estados Unidos. Considerando um contexto no qual temos um acordo Mercosul e UE que já deveria ter sido internalizado, sem dúvida há uma dispersão de energia na política externa, que talvez pudesse ir para áreas mais relevantes ao Brasil neste momento. É o principal ponto a ser analisado quando se coloca em prioridade países que não têm tanta relevância assim para o nosso comércio internacional nem para investimentos”, diz.

Ricardo Mendes, sócio da Prospectiva e responsável pelas operações internacionais da consultoria, analisa que a agenda à África faz parte da estratégia do assessor especial internacional de Lula, Celso Amorim, em

recriar um movimento de países não alinhados.

“Desde a Dilma (Rousseff, ex-presidente), o Brasil deixou qualquer tipo de liderança internacional em segundo plano. Lula tenta resgatar isso buscando fóruns onde o país possa efetivamente ter voz, como na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Amorim gostaria de ampliar o grupo dos Brics e transformá-lo em um novo G7, mas precisa alinhar com os chineses que têm outros planos para o bloco, até porque conseguem projetar poder unilateralmente. Em comparação, o Brics tem uma importância geopolítica e econômica grande.” Já em relação à CPLP, Mendes concorda com Parente ao dizer que é apenas

mais uma agenda diplomática. “O Brasil tem pouco a oferecer para esses países. Não vão conseguir fazer muita coisa, não estamos mais em 2002”, critica.

O cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, corrobora que a viagem é uma continuidade das gestões anteriores do chefe do Executivo, com enfoque na América Latina e nos países da África. Mas acrescenta que o presidente enfrenta crises internas ainda não resolvidas, como a falta de uma base sólida no Congresso.

“Temos ligações históricas com a África por conta dos seus povos que foram escravizados. Mesmo que São Tomé e Príncipe não seja um país tão relevante economicamente, há que se levar em consideração as dimensões culturais e de parcerias no campo da ciência, tecnologia e educação. Além disso, Lula, ao viajar, sai do foco de um governo com dificuldades no plano interno, no Congresso. A crítica é que ele pode estar viajando muito e, ainda, sem uma base sólida que garanta governabilidade interna.”

## CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996 e conta atualmente com nove estados membros: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e tem como objetivos centrais a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa. (S)

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Oposição aposta na desagregação da gestão petista

Por várias razões, entre as quais a vitória apertada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a campanha eleitoral de 2026, que normalmente começaria após as eleições de 2024, está sendo antecipada, às vezes pelo próprio estilo palanqueiro do presidente da República. A disputa pelas bandeiras da democracia, da ética e do moderno está instalada no cenário político. Em torno delas se decidirá o destino do país. Lula da Silva, com suas diatribes, ajuda um precoce realinhamento de forças políticas que o apoiaram no segundo turno e já se descolaram ou começam a se afastar do seu governo.

Além disso, também existe vida inteligente no campo da oposição ligada ao presidente Jair Bolsonaro, que já se movimentava para aprofundar essas fissuras na base política e social do governo. Na sexta-feira, isso ficou claro durante a gravação de conversa com o ex-ministro e senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado, na Confraria do Brito (um grupo de jornalistas que se reúne semanalmente, criado pelo falecido Orlando Brito, craque do fotijornalismo político), para o Canal MyNews (YouTube).

A conversa será exibida hoje, às 19h30. Marinho, que disputara o comando da Casa com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi assertivo, elegante, hábil e, digamos, “politicamente correto”: defendeu as bandeiras da democracia, da ética e do moderno. Seu posicionamento é completamente diferente da linha adotada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que lidera uma radicalizada oposição bolsonarista na Câmara.

No quesito democracia, condenou os atos praticados no dia 8 de janeiro — “quem cometeu crime deve ser punido” —, mas criticou o inquérito comandado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sem citar seu nome. Para o líder da oposição, o país estaria vivendo “um estado de exceção”. Não questiona o mérito do inquérito, mas a forma como está sendo feito.

Marinho traduziu o sentimento que cresce nos meios jurídicos e políticos, de que o inquérito das “milícias digitais” não deve prosseguir por tempo indeterminado, para que a política e suas instituições não fiquem sob tutela de um ministro do STF. No Supremo, porém, há amplo entendimento de que o inquérito aberto de ofício pelo então presidente da Corte, Dias Toffoli, foi fundamental para evitar um golpe de Estado.

O debate sobre a amplitude e duração do inquérito e o empoderamento do ministro Moraes, um mote recorrente da oposição, já começa a constar o Supremo, principalmente as frequentes comparações com a operação Lava-Jato. No encontro anterior da Confraria do Brito, com o ministro do STF Gilmar Mendes, apesar da defesa do inquérito feita pelo magistrado, ficou evidente um certo constrangimento.

## Liderança moral

A bandeira da ética saiu das mãos do presidente Jair Bolsonaro e dificilmente será recuperada, principalmente por causa do escândalo das joias milionárias que recebeu de presente da Arábia Saudita e que tentou incorporar ao seu patrimônio pessoal. Mesmo assim, tampouco está em poder do governo Lula, alvo de ataques sistemáticos da oposição por causa dos escândalos do “mensalão” e da Petrobras nos mandatos anteriores.

A oposição explora esse ponto fraco do governo atual. A perda da liderança moral da sociedade pelo PT dificulta a consolidação de sua hegemonia política mais até do que as agruras administrativas. Hoje, a bandeira da ética anima o reagrupamento dos políticos da chamada terceira via como oposição de centro-direita; o governo Lula precisa de tempo e uma gestão sem escândalos para recuperar a liderança moral.

O tema da ética foi tangenciado por Marinho ao defender a blindagem das estatais, que atribuiu ao governo Michel Temer. “O que vamos defender é um legado do que foi feito a partir de 2016”, afirma. Ex-ministro do Desenvolvimento Regional, o líder da oposição fez uma gestão sem escândalos neste cargo. Diz que nomeou apenas seis secretários de sua confiança e preencheu os demais cargos do ministério com funcionários de carreira, cujo desempenho elogia. Faz um óbvio contraponto ao aparelhamento dos ministérios pelo PT.

Entre os aliados de Lula, são frequentes as críticas ao PT em razão da disputa pela ocupação de cargos, que também são cobçados por partidos aliados. Entretanto, a ênfase da crítica de Marinho ao governo é a defesa do moderno. Chama de “retrocessos” as tentativas de mudança da lei do saneamento e de “reprivatização” da Eletrobras. Segundo o líder da oposição, o intervencionismo do governo na economia provoca sua desagregação e um realinhamento de forças na sociedade, que já se reflete no Congresso. “As coisas estão mudando, gente que apoiou Lula está vindo para o nosso lado.”

O INTERVENCIONISMO DO GOVERNO LULA NA ECONOMIA PROVOCA UM REALINHAMENTO DE FORÇAS NA SOCIEDADE, QUE JÁ SE REFLETE NO CONGRESSO E FORTALECE OS BOLSONARISTAS